

*Tudo o que
mais nos uniu*



ADUEFC
SINDICATO

EM DEFESA DA

BALANÇO DA ATUAÇÃO PARLAMENTAR 2019

Sumário

Editorial	p. 5
Janeiro	p. 6
Fevereiro	p. 8
Março	p. 12
Abril	p. 16
Maiο	p. 20
Junho	p. 24
Julho	p. 28
Agosto	p. 30
Setembro	p. 32
Outubro	p. 36
Novembro	p. 40
Dezembro	p. 44
Iniciativas	p. 46
Mandato no Interior	p. 50
Transparência	p. 52
Quem faz o mandato	p. 54

EXPEDIENTE

Jornalista responsável: **Felipe Araújo (JP - 01174 - CE)** | Diagramação: **Mariana Tamas** | Mídias Sociais: **Raissa Veloso**
Fotos: **Luly Pinheiro, Galba Nogueira, Felipe Araújo, Raissa Veloso e Ascom-AL**



Entrega do prêmio Frei Tito de Alencar de Direitos Humanos ao Movimento Feminino pela Anistia (9 de dezembro)



Detalhe da romaria em homenagem a Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte (1 de maio)

editorial

Em 21 de abril de 2010, o líder camponês José Maria Filho, o Zé Maria do Tomé, foi assassinado com mais de 20 tiros, próximo à sua residência, na comunidade de Tomé, em Limoeiro do Norte. O motivo foi a sua insistente militância contra a pulverização aérea de agrotóxicos na região, luta que incomodava grandes empresas do agronegócio. Quase dez anos desde seu assassinato, que ainda segue impune, Zé Maria segue sendo um nome que traduz muito da resistência do povo cearense diante das diversas formas de injustiça socioambiental provocadas pelo avanço do grande capital em nosso estado.

No início de 2019, a lei nº 16.820, de autoria do nosso mandato, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará, recebeu seu nome. Celebrada por instituições científicas e movimentos ambientais e reconhecida por pareceres jurídicos de diversos órgãos oficiais, a lei Zé Maria do Tomé, no entanto, é alvo de questionamentos judiciais que chegaram ao Supremo Tribunal Federal, parte de um estratégia mais ampla do agronegócio de distorcer e omitir dados e de confundir a opinião pública sobre a importância da lei.

Nesse sentido, a figura de Zé Maria, tanto na me-

mória do líder camponês quanto na lei, resume bem o que foi o ano de 2019. Um ano difícil, em que o ódio e a perversidade dos setores mais reacionários da sociedade brasileira se empoderaram com o discurso profascista e ultraneoliberal do (des)governo Bolsonaro e se levantaram contra a racionalidade científica e contra a democracia.

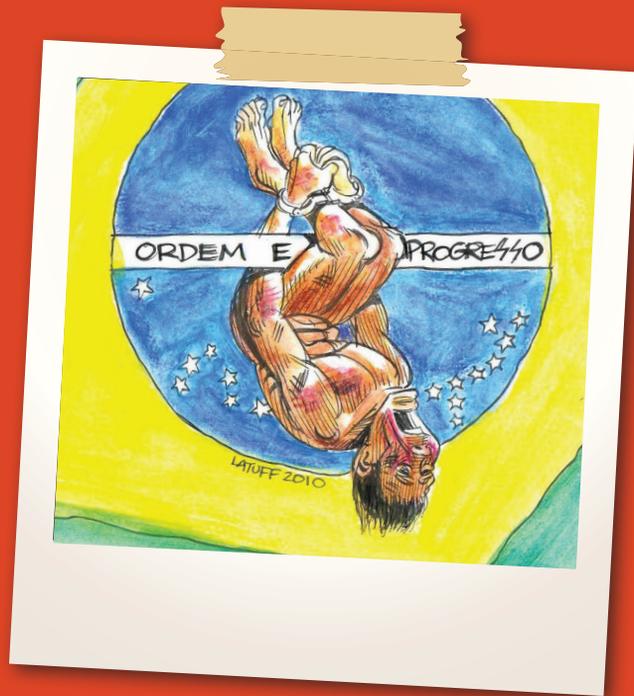
Ao iniciarmos nosso segundo mandato como deputado estadual na Assembleia Legislativa pelo PSOL, encontramos no exemplo de Zé Maria a força para enfrentar os imensos desafios colocados. Foi um ano de muitas conquistas – projetos aprovados e transformados em lei, posse na presidência da Comissão de Direitos Humanos, inúmeros debates e audiências públicas, dezenas de viagens pelo Interior.

Nesta publicação, trazemos um resumo do que foi essa caminhada em 2019. Uma caminhada feita, muitas vezes, por trilhas difíceis, sob a ameaça do populismo autoritário que assumiu o governo federal. Mas, ao mesmo tempo, uma jornada que nos permitiu ver luzes de esperança para nossas lutas em prol da justiça, dos direitos humanos e da democracia.

Boa leitura!



Ano se iniciou com mais uma crise na área de segurança, com os ataques promovidos pelas facções



janeiro

Lei proíbe o batismo de equipamentos públicos com o nome de responsável por violações de direitos humanos

Crise na segurança pública

O ano começa com uma série de ataques patrocinados por organizações criminosas que levaram o pânico à população cearense. Renato participou da discussão e da votação de medidas emergenciais sobre o tema, apresentando emendas que garantiram direitos, reforçaram a prevenção dos crimes e trataram da proteção às vítimas e aos agentes de segurança pública.

Entretanto, a sucessão de crises na área de segurança pública ao longo dos últimos anos exige que o governador altere sua lógica de gestão, baseada essencialmente na repressão e no confronto, e passe a executar medidas estruturantes para a pasta, o que, mais uma vez, não foi feito ao longo de 2019.



Renato defende as emendas durante votação que tratou da crise na segurança (12 de janeiro)

Projetos aprovados

No início do ano, o governador Camilo Santana sancionou alguns projetos de lei de autoria do nosso mandato que haviam sido aprovados pela Assembleia no fim de 2018. Entre eles, o projeto que deu origem à lei estadual 16.820/19, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará, chamada Lei Zé Maria do Tomé; e a lei 16.832/19, que proíbe, na denominação de prédios e equipamentos públicos, homenagens a violadores de direitos humanos listados pela Comissão Nacional da Verdade.

fevereiro



Movimentos sociais entregam carta ao presidente da AL, Dep. José Sarto, defendendo o nome de Renato para a presidência da CDHC. Renato assumiria o cargo em fevereiro

Renato durante apresentação da PEC no plenário da AL: sociedade quer mais controle e transparência de seus representantes (6 de fevereiro)



Comissão de Direitos Humanos

Nosso segundo mandato como deputado estadual começa com uma importante conquista e, ao mesmo tempo, um enorme desafio: assumimos a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) da Assembleia Legislativa. Foi uma vitória partilhada com os movimentos sociais que apoiaram a nossa postulação, marcada por inúmeras reuniões, debates partidários e por um manifesto assinado por mais de 200 organizações

Desde a década de 90, a comissão é uma trin-

cheira muito valiosa para a militância dos mais diversos grupos de afirmação dos direitos humanos, que nela encontraram acolhimento e parcerias para suas lutas. Essa diversidade permanece em nossos dias. A luta em defesa dos direitos humanos hoje é formada por várias lutas: das pessoas com deficiência, dos negros, dos indígenas, dos quilombolas, das mulheres, das crianças, do movimento LGBT, da juventude, dos trabalhadores em segurança pública, entre tantas outras.

Voto aberto na AL

Uma das propostas apresentadas em fevereiro por nosso mandato foi a Proposta de Emenda à Constituição do Estado (PEC) que institui o voto aberto obrigatório na Assembleia Legislativa. A regra vale para a eleição dos membros da mesa diretora, para a escolha dos conselheiros do Tribu-

nal de Contas e da Arce, para os vetos do governador e para a prisão de parlamentares flagrados em crimes inafiançáveis. O objetivo é sintonizar o parlamento com o clamor da sociedade por mais controle e transparência. A proposta segue em tramitação na casa, aguardando votação.

Tortura nos presídios

Uma das primeiras pautas de trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania foi encaminhar as denúncias de torturas e gravíssimas violações de direitos nos presídios cearenses. As denúncias foram feitas pelos familiares dos presos e resultaram num relatório produzido pelos peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), que estiveram no Ceará analisando a situação das unidades prisionais da Região Metropolitana de Fortaleza. Ainda em fevereiro, numa reunião na Procuradoria Geral de Justiça com representantes de entidades de defesa dos direitos humanos e com o procurador-geral de Justiça, Plácido Barroso Rios, foi pedido apoio dos órgãos do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), para criação de um fluxo de trabalho e de informações voltado à apuração de denúncias de práticas de tortura e violação de direitos humanos no interior de carceragens e penitenciárias em todo o estado.



Imagem registrada pelos peritos do Mecanismo Nacional de Tortura: graves denúncias de tortura e violação de direitos



Reunião da PGJ discutiu a violação de direitos nas penitenciárias (21 de fevereiro)

Pulverização aérea



Entidades ligadas ao movimento ambiental e às pautas de saúde coletiva manifestaram apoio à Lei Zé Maria do Tomé (Lei 16.820/19), que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a Associação Brasileira de Agroecologia (Aba) e a ONG Terra de Direitos repercutiram nacionalmente a nossa iniciativa, pioneira no País. Ao longo do ano, outras instituições reconheceriam a correção e a importância da lei, entre elas o Ministério Público, a Procuradoria Geral do Estado e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Pulverização aérea: entidades ligadas à saúde pública e ao meio ambiente saíram em defesa da lei Zé Maria do Tomé, que proíbe a prática no Ceará

março



Dia nacional de luta contra a reforma da previdência (22 de março)

IV Semana da Mulher da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, em Aracati (13 de março)



O povo contra a reforma da previdência

Milhares de pessoas foram às ruas em Fortaleza e em todo o Brasil para dizer não ao projeto de reforma da previdência. Pelo menos 20 mil pessoas se concentraram na Praça da Imprensa e seguiram em caminhada até a Praça Portugal numa grande manifestação organizada por centrais sindicais, movimentos sociais e pelas frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular. A manifestação fez parte da programação do Dia Nacional

de Lutas em Defesa da Previdência, que contou com atos em mais de 120 cidades. O projeto acabaria por ser aprovado, mas a luta contra o desmonte do estado social e a destruição dos direitos promovida pelo governo profacista de Bolsonaro e Guedes tornou-se uma das marcas de 2019. E é somente com essa luta coletiva que conseguiremos virar o jogo contra o autoritarismo e o ultraneoliberalismo.

8 de março: dia de luta das mulheres

No mundo inteiro, as mulheres prepararam grandes mobilizações para o 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres. No Brasil, contagiadas pela potência das manifestações pelo #EleNão, elas ocuparam as ruas num grande ato unificado, para defender a aposentadoria das trabalhadoras, denunciar o aumento do número de mortes violentas e reivindicar justiça para Marielle.

Em Aracati, participamos da IV Semana da Mulher da Paróquia Nossa Senhora do Rosário. O evento teve como tema “Meu nome é mulher: basta de feminicídio” e foi uma oportunidade para conversarmos sobre políticas públicas para as mulheres; ou, mais especificamente, a ausência e a insuficiência dessas políticas no cotidiano da população cearense.

Enchentes e desamparo

Uma das pautas da CDHC no mês de março foi o atendimento às comunidades que sofreram com alagamentos na cidade no período chuvoso dos primeiros meses do ano. As chuvas trouxeram grandes prejuízos para as famílias de áreas que margeiam o Rio Cocó, em particular o Conjunto Palmeiras II. As famílias foram recebidas pela Comissão da AL e também pela Comissão da Câmara Municipal e apresentaram várias demandas, como reassentamento, aluguel social, indenização, políticas de saúde e de infraestrutura.

Famílias atingidas pelas chuvas foram atendidas pela CDHC



Quem mandou matar Marielle Franco?



No dia 14 de março, em diversas cidades do Brasil e do mundo, milhares de pessoas ocuparam as ruas para exigir justiça para ex-vereadora Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Gomes, assassinados um ano antes. Em Fortaleza, as manifestações se concentraram pela manhã, na praça Murilo Borges, no Centro; e à tarde, na praça da Gentilândia, no Benfica, onde foi realizado um ato interreligioso. Preses a completar dois anos sem seu pleno esclarecimento, o crime ainda continua a desafiar as autoridades. Por isso, seguimos perguntando: quem mandou matar Marielle?

Manifestação em memória de Marielle Franco na praça da Gentilândia (14 de março)

abril



Audiência pública em defesa do SINE/IDT
(23 de abril)

Cortes no Sine/IDT ameaçam políticas de geração de trabalho e emprego

Uma das pautas que mais marcou o ano de 2019 foi a situação do Sistema Nacional de Emprego/ Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (Sine/ IDT), que passou por um duro corte orçamentário e que está com suas atividades comprometidas. Em abril, tanto o desmonte do SINE/IDT por parte do governo do Estado quanto a defesa do fortalecimento da política de emprego no Ceará foram alguns dos temas debatidos em audiência pública realizada em abril a pedido do nosso mandato. O governo Camilo tem o desafio e a obrigação de produzir política de emprego para os cerca de 1,2 milhão de cearenses que estão desempregados,

desalentados ou desocupados. E, por isso, não pode reduzir a capacidade de atendimento da principal ferramenta de política de trabalho do Estado. Seguimos na luta em defesa do IDT.

Só no mercado da construção civil, por exemplo, em 2018, havia 90 mil trabalhadores na base; hoje, existem apenas 15 mil. Portanto, nós temos o desafio gigantesco de reinsserir essa massa trabalhadora no mercado de trabalho. Qual organização conseguiria chegar às mesmas metas, conseguiria realizar o mesmo atendimento, com um corte de um terço no seu orçamento?

Safatle em Fortaleza

O Brasil é hoje o principal laboratório mundial do neoliberalismo. A avaliação é do filósofo e professor da Universidade de São Paulo (USP), Vladimir Safatle, que esteve em Fortaleza em abril, a convite do nosso mandato. Ele proferiu a conferência “Neoliberalismo e profascismo: o caso brasileiro”. Ao lado da escritora e transativista Helena Vieira, Safatle falou para uma plateia de cerca de 500 pessoas que lotaram o teatro B. de Paiva, do Porto Dragão, na Praia de Iracema. Também em abril, Guilherme Boulos esteve em Fortaleza, numa das escalas de suas viagens pelo Brasil, com as quais mobilizou a luta contra a reforma da previdência. Boulos participou de ato na praça da Gentilândia.



Safatle e Boulos em Fortaleza: diferentes formas de luta e mobilização contra o projeto ultraneoliberal de Bolsonaro

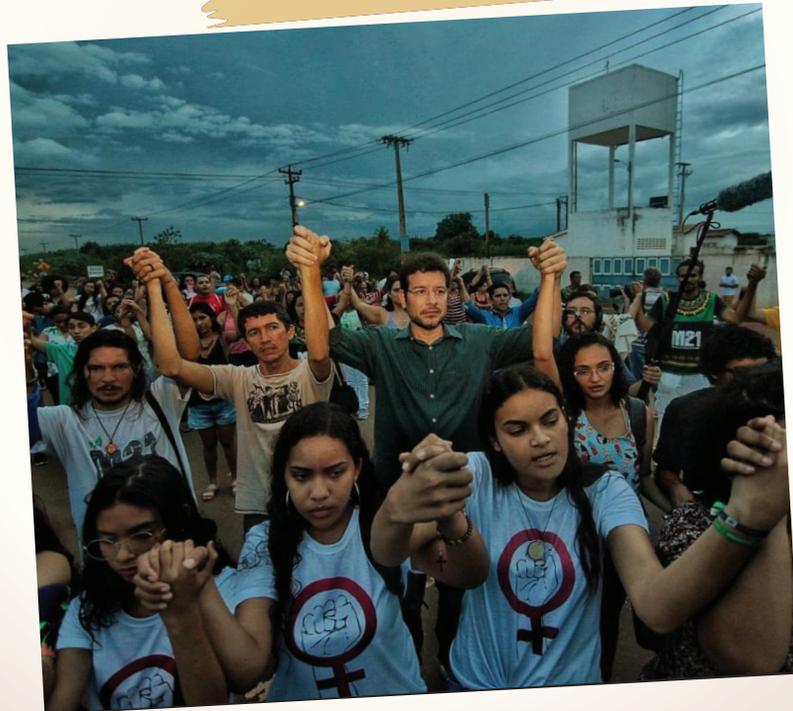


Profissionais de segurança pública

Em abril, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Indicação 20/19, de nossa autoria, que institui o Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos Agentes de Segurança Pública do Estado do Ceará. Entre outros objetivos, o programa busca atuar preventivamente em relação aos acidentes, traumas e doenças laborais, promover a saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras da área, melhorar as condições de trabalho e criar um corpo multidisciplinar de profissionais especializados em promoção da saúde dos agentes da segurança pública.

Doenças como depressão vem ocasionado problemas graves junto à corporação policial

maio



Romaria Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte (1 de maio)

Homenagens a Zé Maria do Tomé

Em 21 de abril de 2010, o agricultor Zé Maria do Tomé foi assassinado com mais de 20 tiros na cidade de Limoeiro do Norte. O motivo do assassinato foi seu ativismo contra o agronegócio e o uso indiscriminado de agrotóxicos na região da Chapada do Apodi. Desde então, seu nome virou sinônimo de resistência e de luta por justiça social. Anualmente, centenas de pessoas participam da romaria Zé Maria do Tomé, organizada em Limoeiro do Norte pelo movimento M21 e pelas comunidades eclesiais de base, com apoio de diversos setores da sociedade.

Este ano, a romaria aconteceu no dia 1 de maio, dentro da programação da IX Semana Zé Maria do Tomé, que reuniu uma extensa e diversificada programação de debates e seminários sobre os conflitos socioambientais no Vale do Jaguaribe. Além da

participação nesses eventos, nosso mandato batizou com seu nome a lei que proíbe a pulverização aérea no Ceará e também aprovou no fim do ano um projeto de lei que inclui a Semana Zé Maria do Tomé no calendário oficial do Estado.

Desde a época do assassinato, acompanhamos com muita preocupação a situação na Chapada do Apodi. Trata-se da região mais nobre do Ceará do ponto de vista da fertilidade do solo, da abundância da água, por isso mesmo ele é muito disputado pelo agronegócio e pelas grandes empresas. A romaria soma um conjunto amplo de vozes, das pastorais, dos familiares, das comunidades, dos movimentos sociais do campo, do M21. É um evento por justiça no campo e justiça para o Zé Maria.

Viva a “balbúrdia”!

A “balbúrdia” se fez luta e resistência. No dia 15 de maio, o Brasil parou em defesa da educação pública e da pesquisa científica. Segundo dados da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), mais de um milhão de pessoas participaram de manifestações em pelo menos 200 municípios de todos os estados brasileiros. O alvo do protesto foi a redução de verbas anunciada pelo governo Bolsonaro em todos os níveis de ensino e o corte dos recursos destinados às universidades federais e aos programas de pesquisa científica. No fim de abril, o ministro Abraham Weintraub chegou a afirmar que as universidades públicas promoviam “balbúrdia”.

Protesto contra os cortes de verbas na área de educação (15 de maio)



Povos indígenas denunciam atraso na demarcação de terras



Representantes de 15 etnias existentes em 19 municípios no Ceará foram ao parlamento denunciar ameaças e violações sistemáticas de direitos; e também cobrar avanços em relação a temas como demarcação de terras, promoção de políticas públicas de saúde e desenvolvimento de projetos na área de educação. Uma audiência pública foi realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia para discutir a situação dos povos indígenas cearenses. O encontro foi resultado de um requerimento feito pela Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (Fepoince). Um projeto de lei de autoria do nosso mandato seria aprovado em dezembro reconhecendo a existência, a contribuição e os direitos dos indígenas no Ceará.

Indígenas participam de audiência pública na AL (22 de maio)

Audiência pública sobre a nova termelétrica do Pecém (26 de junho)



junho

Um desatino socioambiental no Pecém

A aprovação do licenciamento de uma nova termelétrica que o governo Camilo está trazendo para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) foi marcada por debates e protestos. Nosso mandato realizou uma audiência pública reunindo ambientalistas, professores, técnicos, representantes da empresa Portocem Energias, responsável pelo projeto, e moradores das comunidades atingidas pelo CIPP. O empreendimento é desatino socioambiental, que gera poucos empregos por que é muito automatizado e consome muita água, além de lançar milhões de toneladas anuais de dióxido de carbono na atmosfera, contribuindo para o quadro de emergência climática. Tudo isso

com benefícios fiscais e tarifários.

Essa nova termelétrica vai lançar cerca de 3,7 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera ao ano. É um aporte gigantesco dos gases do efeito estufa, que agravam a crise climática e o aquecimento global, que, por sua vez, têm impactos gravíssimos no semiárido.

É urgente, portanto, um debate mais amplo sobre os impactos não apenas desse tipo específico de projeto e de empreendimento, mas também sobre toda a matriz energética do Estado, em particular sobre o nosso grande potencial para energias renováveis.

Greve geral

Uma greve para mostrar a força do povo organizado diante das propostas do governo Bolsonaro que retiram direitos sociais e trabalhistas. Na sexta-feira, 14 de junho, milhões de pessoas foram às ruas em todo o Brasil dizer um retumbante “não” à reforma da previdência e aos cortes na educação. Em Fortaleza, um grande ato percorreu as ruas do Centro da Cidade mobilizando diversas categorias profissionais. Em todo o Ceará, mais de 60 cidades pararam suas atividades para protestar. Professores, estudantes e trabalhadores em educação, motoristas e cobradores de ônibus, metalúrgicos, servidores públicos, petroleiros, trabalhadores da construção civil, da indústria e do comércio, agricultores familiares, entre outros setores, estiveram nas ruas lutando por direitos.



Manifestação em Fortaleza durante a greve geral (14 de junho)

Em defesa dos servidores públicos



Ao longo do ano, nosso mandato manteve um canal permanente de diálogo e de apoio ao funcionalismo estadual em suas lutas. Junho foi mês de manifestações nas ruas em defesa da reposição salarial dos servidores, da convocação dos concursados e da interiorização do Issec (Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará). Um acampamento com representantes de mais de 50 categorias foi formado em frente ao Palácio da Abolição, sede do governo, onde o Fórum Unificado das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais (Fusaspec) cobrava o reajuste de 20,64% referente às perdas nos salários desde o primeiro governo Camilo.

Renato durante manifestação no Palácio da Abolição em defesa do reajuste dos servidores (4 de junho)



Lei de autoria de Renato aproxima população do parlamento



Proposta assegura o direito ao nome social para travestis e pessoas trans em serviços públicos e privados no Ceará



Há dez anos, comunidade Raízes da Praia aguarda sua regularização fundiária

julho

Tecnologia e democracia

No fim do mês de junho, o governador Camilo Santana sancionou a lei 16.911/19, de nossa autoria, que autoriza, em âmbito estadual, a assinatura eletrônica certificada em projetos de iniciativa popular. A ideia é simplificar os processos de mobilização em torno da criação de propostas legislativas, permitindo a subscrição parcial ou total dos pro-

jetos de iniciativa popular por meio de assinatura digital devidamente certificada. O Brasil precisa dar outra qualidade ao processo legislativo, aproximando a sociedade do seu parlamento. Por isso, precisamos facilitar a utilização de instrumentos de participação popular na elaboração de leis, que é o pilar do sistema democrático.

Nome social para travestis e transexuais

Uma grande vitória das travestis e transexuais cearenses. A Assembleia Legislativa do Ceará aprovou no início de julho o projeto de lei n. 160/2019, de autoria do deputado estadual Renato Roseno (PSOL) e subscrito pelo deputado Elmano de Freitas (PT). A proposta assegura o direito ao nome social para travestis e pessoas trans em serviços públicos e privados no Ceará. Pelo texto, o nome social deverá ser reconhecido em registros, cadastros, correspondências e nos sistemas de informação de serviços de ensino, saúde, previdência social e de relação de consumo.

Raízes da Praia e a luta por moradia

A luta por moradia foi uma das bandeiras do nosso mandato em 2019. Uma luta que se traduz, por exemplo, na resistência da comunidade Raízes da Praia, ocupação organizada pelo Movimento dos Conselhos Populares (MCP) em um terreno abandonado há mais de 25 anos na região da Praia do Futuro, e que este ano completou uma década. Em julho, representantes do Escritório de Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar e das comissões de Direitos Humanos da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa realizaram uma visita à comunidade, que aguarda a efetivação de uma decisão judicial que obrigou o poder público a realizar sua regularização fundiária e investimentos de infraestrutura.

agosto



Manifestação na Praça da Gentilândia em repúdio à censura contra a Semana de Direitos Humanos do IFCE (20 de agosto)



Lei vai facilitar a rastreabilidade das munições no Estado



Paulo Arantes esteve em Fortaleza proferindo conferência na ADUFC (24 de agosto)

Um presidente contra a educação e contra a democracia

Agosto foi um mês pautado pelas investidas do governo Bolsonaro contra a democracia e contra a autonomia das instituições federais de ensino superior no Ceará. Para reitoria da UFC, o presidente indicou o nome que foi amplamente repudiado pela comunidade acadêmica durante os processo de consulta in-

terna na universidade – Bolsonaro adotaria a mesma prática em sete outras instituições no Brasil ao longo do ano. No IFCE, houve a censura à I Semana de Direitos Humanos, que acabou sendo realizada na praça da Gentilândia como forma de protesto e de resistência ao avanço do fascismo na instituição.

Controle de munições no Ceará

Em agosto, foi aprovada a lei 16.974, de nossa autoria em parceria com a deputada Augusta Brito (PCdoB), que trata do controle da venda de munições para armas de fogo no estado. Segundo o projeto, os editais e contratos administrativos para a aquisição de munições devem limitar o número a duas mil munições por lote. Isso vai facilitar a rastreabilidade das munições, que é fundamental no controle do arsenal utilizado.

Paulo Arantes e as emergências atuais

No fim do mês, nosso mandato promoveu a conferência “As emergências atuais do Brasil”, com o filósofo e professor da USP Paulo Arantes. Ao lado da historiadora e professora Adelaide Gonçalves, Arantes falou sobre a ressignificação das relações entre os ideais de esquerda e a defesa dos direitos humanos. O evento aconteceu no auditório da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (ADUFC).

setembro

Solenidade de encerramento
do Setembro Amarelo (30 de setembro)



Sessão solene homenageou o Movimento Feminino
pela Anistia (3 de setembro)

40 anos da Anistia

Uma sessão solene realizada na Assembleia Legislativa no início de setembro celebrou o aniversário de 40 anos da Lei da Anistia. Ao mesmo tempo em que o evento prestou uma homenagem aos presos políticos que foram perseguidos, silenciados e torturados durante a ditadura civil-militar, também rendeu uma homenagem especial às mães e mulheres que fizeram o movimento feminino pela anistia. Foram mães que, mesmo en-

frentando o poder imperial, despótico e covarde, não se calaram, fizeram manifestações em praças públicas, na frente de cadeias, nas autarquias, nos tribunais, nas cortes, buscando os seus filhos, seus companheiros, seus maridos, irmãos e irmãs, denunciando internacionalmente que aqui havia um regime ditatorial. A solenidade atendeu requerimento do nosso mandato e do mandato do deputado Carlos Felipe (PCdoB).

Setembro Amarelo

Ao longo mês, foi realizada a campanha Setembro Amarelo, mês de prevenção à depressão e combate ao suicídio. A lei 16.185/16, de autoria do nosso mandato, instituiu a campanha no Calendá-

rio Oficial do Estado. Este ano, Renato alertou para a necessidade de políticas públicas mais amplas sobre o tema e cobrou a garantia de verbas para manutenção do sistema de atendimento existente.

Alimentação saudável

Dois projetos nossos, elaborados em parceria com o Conselho Regional de Nutrição, começaram a tramitar em setembro. O primeiro quer promover alimentação saudável nas escolas cearenses e excluir alimentos ultraprocessados e açucarados do cardápio das merendas escolares. O segundo garante assistência nutricional e segurança alimentar aos alunos das escolas públicas e privadas por meio do ensino e da divulgação dos princípios da alimentação saudável.

Projetos querem excluir alimentos ultraprocessados e garantir assistência nutricional nas escolas



Grito dos excluídos

O desmonte da educação pública no governo Bolsonaro, feito através de duros cortes orçamentários, e as perversas reformas da previdência e trabalhista foram alvos de protesto na manhã do sábado, 7 de setembro, na Praia do Futuro, durante a realização do XXV Grito dos Excluídos. O ato acontece desde 1995, sempre na semana de comemoração do 7 de setembro, e tem como objetivo denunciar as injustiças sociais e os mecanismos de exclusão da sociedade brasileira. A edição deste ano teve como tema “Este sistema não vale! Lutamos por Justiça, Direitos e Liberdade!”.



Caminha na Praia do Futuro marcou o Grito dos Excluídos (7 de setembro)

Omissão do governo federal transformou
em tragédia o vazamento de óleo



outubro

Tragédia ambiental no litoral nordestino

Diante da omissão do governo federal, movimentos sociais e organizações da sociedade civil se engajaram na luta para atenuar os efeitos das manchas de óleo que chegaram ao litoral nordestino. Em outubro, a tragédia alcançou seu ápice, comprometendo inúmeros ecossistemas e causando repercussões ainda difíceis de serem mensuradas. Na Assembleia, Renato denunciou a omissão do Ministério do Meio Ambiente e pediu providências. Também apresentou requerimento ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e à Marinha para explicitarem as ações de recupe-

ração das praias cearenses atingidas pelo óleo, e solicitou laudos do Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (Nuteq).

Desde o dia 30 de agosto, quando foram feitas as primeiras denúncias e registros das manchas de óleo nas praias do Nordeste, o Governo Federal não ativou qualquer plano de contingência para enfrentar o problema. A força voluntária e solidária de milhares de pessoas é que acabou efetivamente encarando o trabalho de limpeza das praias nordestinas e da região Sudeste, onde o óleo também já foi encontrado.

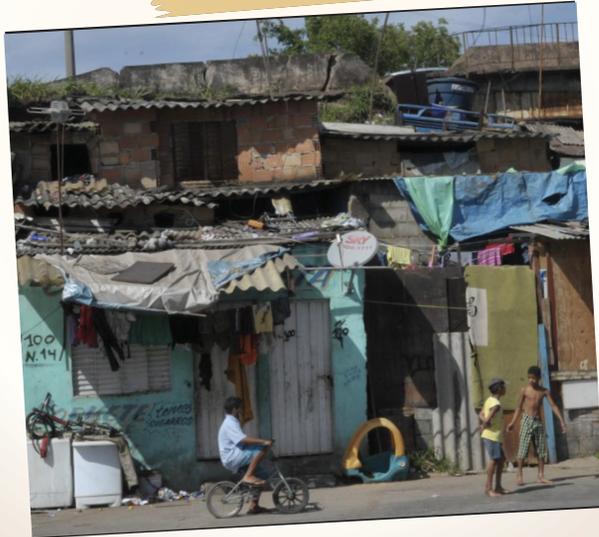
Agenda nacional de proteção ambiental

Em meio a tantos retrocessos promovidos pelo (des)governo Bolsonaro, o parlamento e a sociedade civil precisam abraçar uma agenda de proteção ambiental que contemple cinco questões urgentes: fortalecimento dos mecanismos de licenciamento ambiental, a defesa das unidades de conservação, a luta contra as mudanças climáticas, o combate à injustiça hídrica e a luta contra os agrotóxicos. Essa foi a proposta que apresentamos durante audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, em Brasília. O encontro reuniu coordenadores das frentes parlamentares ambientalistas dos estados.



Renato durante audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília (17 de outubro)

Em defesa da moradia e do direito à habitação



Um projeto de autoria do nosso mandato institui um protocolo para disciplinar as remoções de pessoas e famílias de imóveis, terrenos ou outros locais públicos e privados. A proposta foi elaborada a partir da interlocução com movimentos populares de luta por moradia. A idéia é definir com clareza as circunstâncias sob as quais as remoções serão permitidas; e também qual a proteção que deve ser fornecida às pessoas atingidas, como forma de resguardar seus direitos fundamentais, a exemplo do direito à habitação.

Projeto resguarda o direitos fundamentais das populações atingidas por remoções

novembro



Marcha da Periferia celebrou a resistência
ao extermínio da juventude negra
(8 de novembro)

Contra o extermínio da juventude negra e periférica

Movimentos sociais e coletivos populares promoveram em novembro a VII Marcha da Periferia. Este ano, o evento teve como tema “Vidas negras importam? Nossos mortos têm vez! Periferia resiste!”. A marcha é organizada anualmente e tem como objetivo denunciar o extermínio da juventude negra. Em particular, criticar as políticas de extermínio e encarceramento em massa do governador Camilo Santana e manifestar o repúdio ao pacote anticrime de Sérgio Moro, além de resgatar

a memória das crianças e dos adolescentes mortos este ano, vítimas de ações policiais, como Juan (Ceará) e Ágatha (RJ).

A luta por justiça é também uma luta pela transformação da realidade! Não é natural viver em um estado que nos últimos 10 anos viu serem assassinados mais de 20 mil adolescentes entre 15 e 19 anos. Jovens que em sua maioria tem a mesma cor e endereço: negros moradores das periferias. Qual futuro estamos oferecendo a eles?

Resistência ao racismo

Em discurso no plenário, destacamos o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro. Na oportunidade, criticamos o episódio ocorrido na véspera, na Câmara Federal, em que um parlamentar destruiu uma imagem de

uma exposição sobre racismo no Brasil. O episódio serviu para reafirmar como o racismo ainda marca o imaginário de nossa elite e a dívida gigantesca que o país tem com os negros e negras.

Escolas família agrícola

Em novembro, a Assembleia Legislativa do Ceará recebeu alunos, educadores e voluntários das Escolas Família Agrícola (EFAs) para debater as experiências de educação contextualizada ao campo e pedagogia da alternância, além das dificuldades e demandas das Escolas Família Agrícola. A audiência pública foi realizada por meio da Comissão de Educação da AL, atendendo ao requerimento do presidente da Casa, deputado José Sarto (PDT), e dos deputados Queiroz Filho (PDT), Moisés Braz (PT), Augusta Brito (PCdoB), Renato Roseno (Psol), Elmano Freitas (PT) e Carlos Felipe (PCdoB).

Audiência pública discutiu situação das escolas
(11 de novembro)





Cada Vida Importa

O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência da Assembleia Legislativa promoveu em novembro o seminário Cada Vida Importa, no teatro Marcus Miranda, do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ). O evento marcou a abertura da segunda Semana Estadual de Prevenção aos Homicídios de Jovens no Ceará, cuja programação contou com a realização painéis, palestras, exposições de curtas, oficinas e saraus. A Semana é fruto de uma lei de autoria do nosso mandato, aprovada em dezembro de 2017 em decorrência do trabalho do Comitê.

Abertura da Semana Cada Vida Importa
no Bom Jardim (11 de novembro)

dezembro



Renato durante entrega do prêmio Frei Tito: reconhecimento à luta das mulheres pela Anistia (9 de dezembro)

Taliria, Luizianne, Renato e Helder durante visita da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados a Fortaleza: violações de direitos nas unidades prisionais cearenses (6 de dezembro)



Mês dos Direitos Humanos

O dia 10 de dezembro é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. A data é uma referência à publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, feita pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948. No Ceará, entidades ligadas ao tema promoveram o Mês dos Direitos Humanos, com encontros, debates e rodas de conversa sobre o cenário de direitos no Brasil e no Ceará. Como parte da programação, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania entregou o prêmio Frei Tito de Alencar para o Movimento Feminino pela Anistia, reconhecendo e homenageando a mobilização, a força e a contribuição das mulheres do movimento à luta em defesa dos direitos humanos durante a ditadura militar. Na ocasião, foi lançado o livro “Jogos da Memória - O movimento feminino pela anistia no Ceará (1976-1979)”, da jornalista e professora Ana Rita Fonteles.

Diligência da Câmara Federal

No início de dezembro, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) esteve em Fortaleza realizando diligências para apurar denúncias feitas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura sobre práticas de tortura e castigos no sistema prisional do Estado. Fizeram parte da missão os deputados federais Helder Salomão (PT/ES), presidente da CDHM, Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Luizianne Lins (PT/CE); e o deputado estadual Renato Roseno (PSOL), presidente da Comissão de Direitos Humanos da AL. Em entrevista coletiva, o grupo denunciou que presos e familiares que apresentam reclamações de torturas e outras violações de direitos estão sofrendo retaliações nas unidades. A comissão enviou ofícios ao governador Camilo Santana pedindo informações urgentes sobre as denúncias.

iniciativas

Nesse primeiro ano do nosso segundo mandato, conseguimos aprovar oito leis de nossa autoria na Assembleia Legislativa. Também aprovamos outros dois PLs que aguardam a sanção do governador para virarem lei. Além deles, 16 outros projetos de lei de nossa autoria estão tramitando na casa

OITO LEIS SANCIONADAS

LEI 16.911 – Autoriza assinatura eletrônica em projetos de iniciativa popular

LEI 16.916 - Institui o dia 23 de março como o Dia Estadual da Literatura Infantil, em homenagem ao escritor Horácio Dídimo

LEI 16.936 - Institui no calendário oficial do Estado do Ceará a Semana de Conscientização sobre a Alergia Alimentar.

LEI 16.938 – Institui a data de 18 de maio como Dia Estadual da Luta Antimanicomial

aguardando votação. Entre os projetos de indicação, foram sete propostas aprovadas e outras duas em tramitação. Além de duas propostas de emenda à constituição (PEC) e um projeto de resolução, que também aguardam votação na Casa.

LEI 16.946 - Assegura o direito ao nome social nos serviços públicos e privados no Estado do Ceará

LEI 16.966 - Concede o título de cidadão cearense ao padre Marco Passerini

LEI 16.974 – Institui a Política Estadual de Controle de Armas de Fogo

LEI 16.968 – Atribui competência à Assembleia Legislativa para a denominação de bem público (Autoria coletiva com os deputados Julio César Filho, Soldado Noelio, Augusta Brito, Erika Amorim, Dr. Carlos Felipe, Walter Cavalcante, Audic Mota, Fernanda Pessoa)

DOIS PROJETOS DE LEI APROVADOS PELA AL (AGUARDANDO SANÇÃO DO GOVERNADOR)

PL 402/19 - Reconhece a existência, contribuição e os direitos dos povos indígenas no Estado do Ceará

PL 463/19 - Institui, no calendário oficial do Estado do Ceará, a semana Zé Maria do Tomé.

16 PROJETOS DE LEI TRAMITANDO (AGUARDANDO VOTAÇÃO)

PL 32/19 - Proíbe o uso de canudos de plástico, exceto os biodegradáveis e reutilizáveis, nos estabelecimentos comerciais, bares, quiosques, padarias, barraca de praia, hotéis, restaurantes e lanchonetes do Estado do Ceará (Autoria coletiva com os deputados Marcos Sobreira, Romeu Aldigueri e Acrísio Sena)

PL 587/19 - Determina que os veículos de órgão público do Estado do Ceará divulguem, em suas plataformas digitais, dicas e informes sobre cuidados com a saúde mental (Autoria coletiva com os deputados Nezinho Farias, Jeová Mota, Fernando Santana, Érika Amorim, Leonardo Pinheiro, Romeu Aldigueri, Evandro Leitão e Patrícia Aguiar)

PL 541 / 19 - Dispõe sobre a instituição do selo “Empresa Amiga da Saúde Mental”, no âmbito do Estado do Ceará (Autoria coletiva com o deputados Nezinho Farias, Leonardo Pinheiro, Evandro Leitão, Erika Amorim, Jeová Mota, Elmano Freitas, Patrícia Aguiar e Fernando Santana)

PL 41/19 - Suplementa no Estado a lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito da administração pública direta e indireta e dá outras providências

PL 591/19 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, hotéis, restaurantes, fastfoods, food-trucks, sorveterias, docerias, delicatesses, padarias e outros estabelecimentos congêneres, que comercializem produtos prontos para consumo imediato, a informarem em seus cardápios, a presença e glúten, lactose, leite, peixe, amêndoas, corantes, castanhas, soja, ovo e crustáceos no âmbito do Estado do Ceará, e dá outras providências

PL 161/19 - dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos prisionais do Estado do Ceará e dá outras providências

PL 431/19 - Cria, nas escolas da rede pública e nas escolas privadas do Estado do Ceará, as comissões de proteção e prevenção à violência contra a criança e o adolescente

PL 317/19 - Veda no Estado do Ceará a comercialização de equipamentos para eletroconvulsoterapia e dá outras providências.

PL 499/19 - Dispõe sobre a promoção de alimentação saudável e determina a exclusão de alimentos ultraprocessados e açucarados nas escolas públicas e particulares no âmbito do Estado do Ceará

PL 533/19 - Dispõe sobre a garantia da assistência nutricional nas escolas públicas e particulares no âmbito do Estado do Ceará

PL 535/19 - Dispõe sobre a proibição do uso de agrotóxicos à base de neonicotinoides no âmbito do Estado do Ceará

PL 645/19 - Proíbe a concessão de isenções em operação interna e de importação para os produtos inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematocidas, raticidas, desfolhantes, dessecantes, espalhantes adesivos, estimuladores e inibidores de crescimento (reguladores)

PL 159/19 - Proíbe a exploração de gases e óleos não convencionais pelos métodos de fraturamento hidráulico

PL 158/19 - Proíbe os postos de combustíveis abastecerem com gás natural veicular veículos que não apresentarem o certificado de segurança veicular para seu uso

PL 568/19 - Institui o protocolo que disciplina as remoções no Estado do Ceará

PL 515/19 - Dispõe sobre a instituição do sistema de cotas nas instituições de ensino superior do Estado do Ceará. (Projeto em parceria com a deputada Augusta Brito - PCdoB)

SETE PROJETOS DE INDICAÇÃO APROVADOS

PI 9/19 - Amplia o prazo da licença paternidade e regulamentar a licença adotante dos servidores públicos estaduais civis e militares, independentemente de gênero e orientação sexual

PI 10/19 - Dispõe sobre o fornecimento de fraldas descartáveis para portadores de lesão medular

PI 11/19 - Dispõe sobre o estabelecimento dos parâ-

metros para a inclusão dos itens **orientação sexual, identidade de gênero e nome social** nos boletins de ocorrência e nos termos circunstanciados emitidos por autoridades policiais do Estado do Ceará

PI 13/19 - Altera dispositivo na lei 15.036 de 18 de novembro de 2011, para estender aos servidores militares a proteção contra o assédio moral

PI 18/19 - Concede isenção da tarifa de coleta e tratamento do esgoto aos trabalhadores desempregados

PI 59/19 - Criação do Centro de Memória Frei Tito de Alencar

PI 60/19 - Garante salário-maternidade à segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança

DOIS PROJETOS DE INDICAÇÃO EM TRAMITAÇÃO

PI 12/19 - Institui o projeto professor diretor de turma na rede estadual de ensino

PI 382/19 - Institui o Fundo Estadual em Defesa da Saúde Mental e Combate à Depressão e ao Suicídio - FEDSM/CE - e o Conselho Estadual em Defesa da Saúde Mental e Combate à Depressão e ao Suicídio

- CEDSM/CE (Projeto apresentado em parceria com os deputados Nezinho Farias, Leonardo Pinheiro, Evandro Leitão, Erika Amorim, Jeová Mota, Elmano Freitas, Patrícia Aguiar e Fernando Santana)

DUAS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL EM TRAMITAÇÃO

PEC 1/19 - Modifica artigos da Constituição Estadual para garantir a transparência das votações do poder legislativo

PEC 13/19 - Inclui dispositivo na Constituição Estadual para tornar obrigatória a autorização legislativa para concessão de isenções fiscais

UM PROJETO DE RESOLUÇÃO EM TRAMITAÇÃO

PR 6/19 - Altera o processo de escolha e nomeação para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado ou dos Municípios

mandato no interior

Uma das marcas do nosso mandato é o diálogo permanente com o Interior do Estado, promovendo o debate político nas ruas, praças, escolas e universidades, sempre juntos dos estudantes, trabalhadores e trabalhadoras, sindicatos, conselhos, associações e organizações não governamentais. Em 2019, via-

jamos para mais de 30 municípios cearenses, participando das mais diversas atividades (seminários, audiências públicas, inspeções, debates etc) e acolhendo os testemunhos e as denúncias dos mais variados lutadores e lutadoras sociais.

JANEIRO

16: Jaguaruana
31: Ocara

FEVEREIRO

17: Amontada
26: Senador Pompeu

MARÇO

13: Aracati
20: Ubajara
21: Redenção
23: Pacoti
30: Quixelô
30: Icó
31: Iguatu

ABRIL

26: Independência e Crateús
27: Crateús, Tamboril, Senador Sá

MAIO

1: Limoeiro do Norte
22: Baturité
28: Quiterianópolis

JUNHO

5: Crateús
26: Caucaia

SETEMBRO

4: Maracanaú
10: Juazeiro do Norte e Crato
18: São Gonçalo do Amarante

25: Caucaia

28: Madalena e Quixeramobim

OUTUBRO

14: Iguatu
22: Caucaia
26: Paracuru

NOVEMBRO

6: Crato
12: Redenção
18: Jijoca
25: Morada Nova
26: Ibiapina e Sobral

DEZEMBRO

20: Icapuí



Acima, da esquerda para direita
Conversa com professores em Pacoti
(23 de março)

Roda de conversa sobre política em
Quixeramobim (28 de setembro)

Visita ao Acampamento Araguaia, em
Jaguaruana (16 de janeiro)

Ao lado, da esquerda para direita

Conversa sobre conjuntura na Unilab,
em Redenção (12 de novembro)

Caravana de Combate à Violência
Contra a Mulher, em Juazeiro do Norte
(10 de setembro)



transparência

Um deputado tem direito à verba de gabinete ou de assessoria, para contratar assessores, e também à verba de desempenho parlamentar, para o custeio de

despesas com o exercício do mandato como impressão de materiais gráficos diversos, transporte, telefone, internet, alimentação.

VERBA DE ASSESSORIA

Mês	Verba de assessoria (R\$)	Valor gasto (R\$)	Número de assessores	Média salarial (R\$)	Economia (R\$)
Janeiro	73.039,90	71.954,50	26	2.767,48	1.085,40
Fevereiro	91.756,69	69.925,00	24	2.913,54	21.831,69
Março	91.756,69	80.951,00	24	3.372,96	10.805,69
Abril	91.756,69	85.431,00	25	3.417,24	6.325,69
Maiο	91.756,69	78.871,00	23	3.429,17	12.885,69
Junho	91.756,69	79.840,00	23	3.471,30	11.916,69
Julho	91.756,69	79.840,00	23	3.471,30	11.916,69
Agosto	91.756,69	78.005,00	23	3.391,52	13.751,69
Setembro	91.756,69	83.175,00	24	3.465,63	8.581,69
Outubro	91.756,69	83.175,00	24	3.465,63	8.581,69
Novembro	91.756,69	83.175,00	24	3.465,63	8.581,69
Dezembro	91.756,69	83.175,00	24	3.465,63	8.581,69

A transparência plena e o cuidado no uso desses recursos são uma das marcas da nossa atuação parlamentar. Tanto que, em nossos primeiro mandato (2015-2018), economizamos quase meio mi-

lhão de reais dos recursos a que tínhamos direito, saldo que volta ao Tesouro Estadual. Nesse segundo mandato, continuamos sendo um dos mandatos que menos gastam.

VERBA DE DESEMPENHO PARLAMENTAR - VDP

Mês	VDP (R\$)	Valor gasto (R\$)	Saldo do mês	Economia realizada
Janeiro	31.559,93	13.031,54	18.528,39	18.528,39
Fevereiro	31.559,93	12.583,09	18.976,84	37.505,23
Março	31.559,93	13.765,97	17.793,96	55.299,19
Abril	31.559,93	17.888,29	13.671,64	68.970,83
Maio	31.559,93	31.861,13	-301,20	68.669,63
Junho	31.559,93	14.277,10	17.282,83	85.952,46
Julho	31.559,93	21.730,15	9.829,78	95.782,24
Agosto	31.559,93	16.664,90	14.895,03	110.677,27
Setembro	31.559,93	15.153,78	16.406,15	127.083,42
Outubro	31.559,93	18.592,39	12.967,54	140.050,96
Novembro	31.559,93	24.811,89	6.748,04	146.799,00

MANDATO

é tempo de resistência

DEPUTADO ESTADUAL RENATO ROSENO - PSOL

Afrânio Castelo

Chefe de gabinete

Angeline Carolino

Ass. Administrativa

Cecília Feitoza

Ass. de Articulação Política

Érica Pontes

Ass. de Meio Ambiente

Felipe Araújo

Ass. de Comunicação

Galba Nogueira

Fotografia

Geovana Patrício

Ass. Jurídica

Helena Vieira

Ass. LGBT

Hugo Dantas

Ass. Jurídica

Isabel Carneiro

Ass. de Direitos Humanos/Mulheres

José Filho

Motorista

Leila Paiva

Ass. Jurídica

Lucimar Rocha

Secretária

Luly Pinheiro

Ass. de Comunicação

Margarida Marques

Ass. de Direitos Humanos

Marcel Cabral

Ass. de Movimentos Sociais

Mariana Tamas

Ass. de Comunicação

Moesio Mota

Ass. de Articulação Política

Monica dos Santos

Ass. de Movimentos Sociais

Nestor Bezerra

Ass. Sindical

Nildo Dantas

Motorista

Paulo Giovani

Ass. Regional/Sertão de Crateús

Raissa Veloso

Ass. de Comunicação

Soraya Tupinambá

Ass. de Meio Ambiente



 www.renatoroseno.com.br

 [/RenatoRoseno50](https://www.facebook.com/RenatoRoseno50)

 [@renatoroseno](https://twitter.com/renatoroseno)

 www.telegram.me/renatoroseno

 [@renatoroseno](https://www.instagram.com/renatoroseno)

 contato@renatoroseno.com.br

 (85) 99864.5050 // (85) 3277.2792

 Av. Desembagador Moreira, 2807
Gabinete 314
Dionísio Torres | 60.170-900
Fortaleza/CE